

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Decreto muda gestão de previdência de servidor ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Ação pede multa de R\$ 200 mi ao Serasa por megavazamento ..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Concessão de benefício do inss cai 6,2% em 2020 ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Órgãos de defesa do consumidor buscam fontes de megavazamentos ..... 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

PIB nacional pode crescer até 20% em 15 anos com reforma ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Orçamento tem espaço para corte, afirma Felipe Salto ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sinal de alerta para a pauta econômica ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Petróleo em alta faz a gasolina disparar ..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Diferença no ICMS de combustíveis cobrado por estado chega a 74% ..... 14

CORREIO POPULAR - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (2) ..... 17

O ESTADO - CE - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Condecon encaminha carta aberta em defesa da reforma tributária ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prisão de deputado acende alerta no governo sobre avanço da pauta econômica ..... 21

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O alerta da história (2) ..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ajuste do ICMS em SP complica negócios, dizem tributaristas ..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por auxílio, economista sugere congelar salário de militares ..... 28

Quinta-Feira, 18 de Fevereiro de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Autonomia e independência do BC (2) ..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

O bolsonarismo custa caro - VINICIUS TORRES FREIRE ..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Sem vacina e sem economia (3) ..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mesmo antes de aprovação, governo já prevê corte de R\$ 10 bi no Orçamento ..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado vê alta do IPCA pela 6ª vez consecutiva ..... 35

# Decreto muda gestão de previdência de servidor

**VERA BATISTA**

O Decreto nº 10.620/2021, publicado no Diário Oficial da União de 5 de fevereiro, faz várias mudanças no Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) consideradas inconstitucionais por especialistas. Se esse instrumento entrar em vigor, funcionários de autarquias, institutos e fundações federais (como universidades, Banco Central, Fundação Palmares ou Ibama) passarão a ter as aposentadorias geridas não mais pela União, mas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Uma estratégia que poderá prejudicar não apenas o funcionalismo, mas a população de baixa renda que sofre na fila de espera para ter acesso aos benefícios.

Vladimir Nepomuceno, diretor da Insight Assessoria Parlamentar, afirma que esse é o primeiro passo do governo para a privatização da previdência dos servidores, porque desmembra abruptamente o RPPS, na tentativa de regulamentar artigos da reforma da Previdência de 2019. A princípio, a determinação do Decreto 10.620/21 trata exclusivamente de trabalhadores do Poder Executivo, mas pode servir de referência para outros poderes e para estados e municípios. "A iniciativa é inconstitucional, porque a Constituição determina que não pode existir mais de um regime próprio e mais de uma entidade gestora, e ilegal, porque o **INSS** não tem competência para tal (tratar de aposentadoria do servidor", destaca Nepomuceno.

Ao fim, o resultado será que servidores da administração direta permanecerão sob a responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), como é hoje. Já os de autarquias e fundações públicas, a grande maioria, passariam à responsabilidade do **INSS**, como era antes da Constituição de 1988. "É um retrocesso. Uma outra questão a considerar sobre a edição desse decreto no atual momento seria, como acontece em outras áreas, para fazer aos poucos, sem alarde e sem a resistência de servidores. E também é a sinalização de que o governo estaria começando a preservar os cargos que serão transformados em típicos de Estado", destaca Nepomuceno.

O advogado Luís Fernando Silva, assessor jurídico de diversas entidades sindicais e especialista em direito previdenciário, diz que há "um objetivo não

confessável neste decreto", já que, desde o ano passado, o governo vinha tentando transformar o **INSS** em uma unidade gestora e acabar com o Regime Jurídico Único (RJU). "Mas o **INSS** não tem condições de administrar mais de 1,2 milhão de aposentadas, pensões e pessoal ativos, sem mudança na estrutura. Seria levar os servidores ao atraso, em um órgão sem dimensionamento", afirmou Silva.

Por meio de nota, a Secretária de Previdência do Ministério da Economia informa que "a permissão da centralização pelo **INSS** não significa que os servidores estão sujeitos às regras do RGPS (dos trabalhadores da iniciativa privada)".

"Eles continuam fazendo parte do RPPS da União, regidos pelo art. 40 da Constituição Federal. Ao contrário de "separar" os servidores, o decreto, como dispõe seu art. 2º, tem como motivação justamente a preparação de bases para a estruturação do órgão ou entidade gestora única de que trata o parágrafo 20 do art. 40 da CF: Art. 2º Até que seja instituído em lei e estruturado o órgão ou a entidade gestora única de que trata o § 20 do art. 40 da Constituição, a ação da Administração Pública Federal será direcionada à: I - centralização gradual das atividades de concessão e de manutenção das aposentadorias e pensões, nos termos do disposto neste Decreto; e II - facilitação da transferência posterior ao órgão ou à entidade gestora única de que trata o § 20 do art. 40 da Constituição", assinala o ministério.

# Ação pede multa de R\$ 200 mi ao Serasa por megavazamento

/ BRUNA ARIMATHEA

O Instituto Brasileiro de Defesa da Proteção de Dados Pessoais Sigilo informou na última sexta-feira que entrou com uma ação na Justiça contra o Serasa Experian, acusando a empresa pelo vazamento de dados de mais de 220 milhões de brasileiros no mês passado. Na ação, o Instituto pede o pagamento de uma multa no valor de R\$ 200 milhões.

O processo foi encaminhado à 22ª Vara Cível Federal de São Paulo e diz respeito ao caso revelado em janeiro pela empresa de segurança PSafe, que notificou o vazamento de cerca de 220 milhões de CPFs e 40 milhões de CNPJs.

Entre as categorias nas bases de dados do hacker, uma chamada "Mosaic" chamou a atenção, já que é o nome de um serviço oferecido pelo Serasa. Isso colocou a empresa sob o holofote do megavazamento - o Serasa, porém, nega ser a origem do vazamento.

O Estadão mostrou que algumas bases de dados colocadas à venda pelo criminoso, como a de fotos de rosto e a de celulares de pessoa jurídica, dão indícios de que a origem dos dados tem fontes variadas.

Agora, o processo movido contra o Serasa pede, além da multa por danos morais e materiais coletivos no valor de R\$ 200 milhões, uma resposta direta do órgão sobre os incidentes que levaram à exposição dos dados e também quais os planos da empresa para solucionar os possíveis danos para os consumidores - esse é um pedido de especialistas desde que o caso se tornou público.

Outro pedido do Instituto Sigilo é o pagamento de R\$ 15 mil a cada consumidor que, comprovadamente, tiver seus dados utilizados de forma indevida por conta do vazamento. Caso a liminar seja aprovada na Justiça, o Serasa terá um prazo de 48 horas para prestar os esclarecimentos, com risco de multa de R\$ 10 mil por dia.

Em nota ao Estadão, o Serasa Experian afirmou ainda estar investigando o caso e reiterou que não há provas de que o vazamento tenha sido originado em seus sistemas.

"O Serasa Experian está conduzindo uma detalhada

investigação sobre as recentes notícias na mídia sobre dados que estão sendo oferecidos ilegalmente para venda na internet, alguns dos quais alegam serem dados de marketing da Serasa Experian.

Os dados até então disponibilizados incluem fotos, cadastros de **INSS**, registros de veículos e informações de login em mídias sociais, os quais a Serasa não coleta, nem possui", disse a empresa, em nota. Além disso, o Serasa afirma que "não há evidências de que dados de crédito positivos ou negativos tenham sido obtidos ilegalmente na Serasa".

Após uma análise feita com exclusividade ao Estadão, a empresa de segurança Syhunt identificou que entre as informações colocadas à venda pelo hacker estavam dados de Jair Bolsonaro e de 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Concessão de benefício do inss cai 6,2% em 2020

**STEPHANIE TONDO, GERALDO DOCA E BERNARDO YONESHIGUE\*** - RIO E BRASÍLIA (\*Estagiário, sob a supervisão de Danielle Nogueira)

O número de benefícios concedidos pelo **INSS** no ano passado caiu 6,2% em relação a 2019. Trata-se da maior queda desde 2015. Segundo técnicos da Secretaria de Previdência, dois fatores explicam o resultado: a suspensão de perícias médicas entre março e setembro, em razão da pandemia, e a corrida para pedidos de aposentadoria em 2019, antes da entrada em vigor da reforma da Previdência, o que afeta a base de comparação.

O recuo no número de benefícios concedidos foi puxado principalmente pela queda de 51% no pagamento de novas aposentadorias por incapacidade permanente -também chamadas de aposentadoria por invalidez. No ano passado, as agências do IN SS passaram vários meses fechadas diante da necessidade de implementar medidas de distanciamento para conter o avanço da Co-vid-19, mas o problema com as perícias continuou mesmo após a reabertura das unidades. Médicos peritos se recusaram a voltar de imediato a atividades presenciais, argumentando que as unidades não atendiam a condições necessárias de funcionamento durante a crise sanitária.

Das 1.562 agências no país, 1.176 estão abertas atualmente, e, destas, apenas 564 unidades contam com perícia médica, segundo a Secretaria de **Previdência Social**.

Advogado especializado em Direito Previdenciário, João Badari afirma que a falta de perícias fez com que muitas pessoas desistissem de dar entrada nos benefícios por incapacidade enquanto as agências estivessem fechadas: - Grande parte não sabia que era possível enviar os documentos de forma remota, pelo serviço Meu **INSS**. E muitos preferiram esperar as agências reabrirem, até porque toda hora o IN SS anunciava que iria reabrir.

## ESTOQUE EM ALTA

Segundo o Boletim Estatístico da **Previdência Social**, houve queda de 27% nas concessões de aposentadorias por tempo de contribuição em 2020, em relação ao ano anterior. Para especialistas, o

motivo está ligado à reforma da Previdência, aprovada em 2019.

Badari ressalta que em 2019 houve uma "corrida para se aposentar" mesmo entre quem tinha direito adquirido e não seria afetado pelas mudanças.

- Em 2020, isso diminuiu um pouco, porque as pessoas tiraram o pé do acelerador. Além disso, o número de concessões caiu porque as regras mudaram, e quem, em 2019, estava a pouco tempo de se aposentar, com a reforma teve de cumprir o período de transição, adiando a data de requerimento do benefício-disse.

Segundo técnicos da Secretaria da Previdência, esse tipo de movimento já havia sido observado durante outras reformas previdenciárias, como em 1998. Os segurados se antecipam com receio de serem afetados pelas mudanças.

Em 2015, o total de pedidos concedidos recuou 16,6%, afetado por mudanças nas regras da Previdência e por uma greve dos funcionários do **INSS**, que aumentou o número de pedidos represados.

O resultado do represamento de benefícios em 2020 é um estoque alto de pedidos acumulado para este ano, o que deve pressionar as contas da Previdência e a capacidade de atendimento. Segundo o Boletim Estatístico da **Previdência Social** de dezembro, há 1,76 milhão de benefícios em análise pelo **INSS**, contra 778 mil em dezembro de 2019. Ou seja, no intervalo de um ano, houve aumento de 126%.

O estoque de pedidos em análise é dividido entre aqueles que aguardam alguma movimentação do segurado, como entrega de documentos, por exemplo, e aqueles que esperam pela avaliação do servidor do **INSS**. Enquadravam-se nesse segundo caso 1,27 milhão de requerimentos em dezembro do ano passado. Caso todos esses processos tivessem sido concluídos, com decisão favorável ao segurado, o número de concessões em 2020 teria subido de 4,86 milhões para 6,14 milhões de benefícios, ficando acima do volume registrado em 2019.

-Muito embora o prazo legal seja de 45 dias, a espera pela conclusão de um benefício previdenciário tem

sido superior a 60 dias. Com isso, muitos benefícios que deveriam ter sido concedidos em 2020 ficaram para 2021. Estamos em um momento de extrema vulnerabilidade, e a demora pode comprometer a subsistência de uma família—disse Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

#### VAQUINHA ON-LINE

Já Badari pondera que o problema da demora na concessão dos benefícios vem se arrastando há anos, atingindo seu ápice em julho de 2019, quando havia 2,5 milhões de processos em análise.

José Bezerra, de 56 anos, era segurança de rua, mas foi diagnosticado em julho com esclerose lateral amiotrófica (ELA) e não pôde mais trabalhar. Ele então iniciou o processo para receber a aposentadoria por invalidez do **INSS**. Mas, com o fechamento de agências na pandemia, ficou meses sem conseguir vaga para a perícia.

Por não ter acesso à internet para enviar os atestados médicos, o atendimento presencial era a única opção de Bezerra. Sem renda, começou a depender da ajuda de pessoas próximas para se sustentar. Igor Rocha, um dos amigos do segurança, contou que foi feita uma vaquinha on-line para ajudá-lo a sustentar a mulher e o filho.

- Ele está ali, sem nenhum amparo, tendo contribuído durante todos esses anos para a aposentadoria dele—explicou Rocha.

Somente em outubro Bezerra conseguiu agendar a perícia e fazer o exame, com a ajuda de uma advogada. Mas, apesar de o laudo ter constatado que ele não pode mais trabalhar, o segurança ainda não recebeu o benefício e segue na fila para voltar a ter uma fonte de renda.

Elisângela Neto, de 48 anos, está na fila para ter seu pedido de auxílio-doença analisado pelo **INSS**. A operadora de caixa passou por duas cirurgias de catarata e precisou se afastar do trabalho.

Logo antes da primeira operação, em novembro de 2020, ela já havia solicitado o benefício na plataforma online, com o envio do laudo médico. Porém, mesmo após três meses, ela ainda aguarda a liberação do dinheiro e segue sem fonte de renda: - Preciso urgente do dinheiro. Ligo para lá e falam que a análise está em andamento e que a demora é por causa da pandemia. Mas tem muita gente na frente ainda.

Procurado, o **INSS** não comentou a queda no número de benefícios concedidos até o fechamento desta

edição.

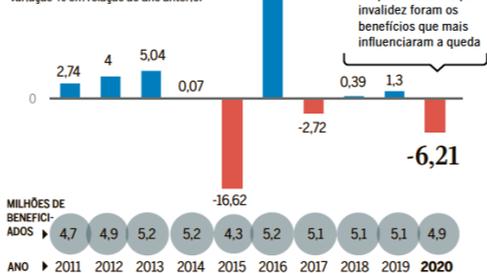
**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20210218>

## PEDIDOS REPRESADOS

Pandemia afeta concessão de benefícios do INSS

### BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

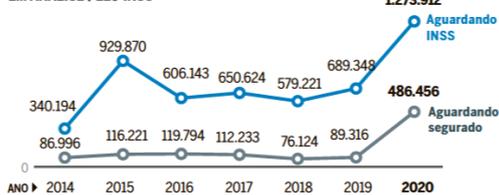
Variação % em relação ao ano anterior



MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS



### REQUERIMENTOS DE BENEFÍCIOS EM ANÁLISE PELO INSS\*

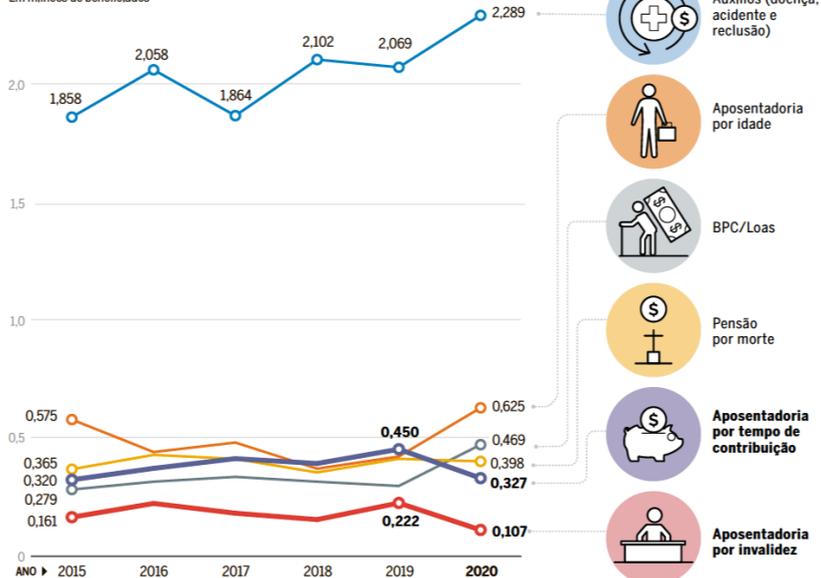


Fonte: INSS

\*em dezembro de cada ano

### TOTAL CONCEDIDO POR TIPO DE BENEFÍCIO

Em milhões de beneficiados



- Auxílios (doença, acidente e reclusão)
- Aposentadoria por idade
- BPC/Loas
- Pensão por morte
- Aposentadoria por tempo de contribuição
- Aposentadoria por invalidez

Editoria de Arte

# Órgãos de defesa do consumidor buscam fontes de megavazamentos

**Daniela Braun**

Os órgãos de defesa do consumidor estão aumentando a pressão sobre empresas citadas por cibercriminosos como fontes de megavazamentos de dados. Ontem foi a vez do Procon de São Paulo pedir esclarecimentos às operadoras Claro, Oi, Tim e Vivo sobre a exposição de dados de mais de 102 milhões de celulares e também à empresa de segurança PSafe, que detectou os vazamentos. Na semana passada, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça notificou as quatro operadoras e agora quer ter acesso aos dados vazados.

Ainda esta semana, o DPDC quer se reunir com a PSafe, que passou a se chamar Grupo CyberLabs na sexta-feira, após uma fusão com a startup brasileira de inteligência artificial CyberLabs.

"Como a empresa informou que os dados são vendidos na deep web imaginamos que eles tenham materiais sobre o vazamento", disse Pedro Aurélio de Queiroz Pereira da Silva, diretor do DPDC, em entrevista ao Valor. "Buscamos indícios de materialidade para investigar a existência do vazamento propriamente dito", afirma.

O DPDC notificou as operadoras Claro, Oi, Tim e Vivo no dia 11 de fevereiro, pelos Correios, para esclarecer as notícias que circularam na imprensa sobre os vazamentos de dados de celulares detectado pelo Grupo CyberLabs.

O Procon-SP também notificou as quatro operadoras ontem pedindo que confirmem se houve algum vazamento de dados pessoais de suas bases. O Grupo CyberLabs também foi notificado para explicar ao órgão de defesa como foi informado sobre o incidente e o que o motivou a torná-lo público.

Fernando Capez, diretor executivo do Procon-SP informa que o órgão também realiza uma investigação técnica para apurar se houve vazamentos propositais de dados. "Há uma suspeita de que pessoas de dentro das empresas fizeram vazamentos por motivos econômicos - para lucrar com os dados - ou para prejudicar as empresas", afirma. "Só a prova técnica vai comprovar de onde vieram os vazamentos."

Em meados de janeiro, ao divulgar o vazamento de

dados de mais de 223 milhões de brasileiros, incluindo informações de pessoas falecidas, e de 40 milhões de CNPJs, o grupo CyberLabs informou que as informações foram comprovadas após análise de pacotes de dados vendidos por cibercriminosos na deep web, ou dark web - redes de internet ocultas, invisíveis aos buscadores tradicionais. Segundo a empresa, o criminoso informou que os dados vinham da Serasa Experian.

A Serasa afirma que as alegações são infundadas. "Até o momento, não há nenhuma evidência de que dados tenham sido obtidos ilegalmente da Serasa e que também não há nenhuma evidência de que seus sistemas tenham sido comprometidos", diz a empresa em **comunicado**. A empresa ressalta que "há dados disponíveis no megavazamento de janeiro "que a Serasa sequer possui, como fotos, cadastros de **INSS**, registros de veículos e informações de login em mídias sociais."

A empresa prestou esclarecimentos ao Procon-SP, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão criado no fim de setembro para regulamentar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e ainda deve enviar informações à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

Silva, do DPDC, participou de uma reunião com a Serasa, no dia 1- de fevereiro, na qual a empresa explicou que não é a fonte de vazamentos. "A empresa está bastante preocupada já que não se trata apenas da infração em si, mas de seu principal negócio", diz Silva.

As explicações dadas na reunião também levantaram questões sobre o tratamento dos dados comercializados pela empresa. "O que vamos avaliar é até que ponto a Serasa pode comercializar informações segmentadas, como score de crédito, e se existe autorização dos usuários", afirma o diretor do DPDC. "Isso envolve a destinação e o tratamento dos dados, não só em relação a vazamentos."

A Serasa Experian ainda é alvo de uma ação civil iniciada na sexta-feira na 22- Vara Cível Federal de São Paulo, que pede indenização de R\$ 200 milhões por danos morais e materiais coletivos caso seja comprovado o vazamento de dados da empresa. A ação é de autoria de advogados do Instituto Brasileiro

de Defesa da Proteção de Dados Pessoais, Compliance e Segurança da Informação (Sigilo).

"Não temos certeza de que os dados vazados vieram diretamente da Serasa, mas se há bases que pertencem à empresa, o controlador do dado é responsável antes durante e depois do tratamento das informações", diz o advogado Victor Hugo Pereira Gonçalves, presidente do Sigilo.

"Entendemos que a propositura da ação judicial é precipitada", disse a Serasa Experian em **comunicado**. "Apresentaremos a defesa no prazo legal."

O diretor do DPDC lembra que, embora as sanções previstas na LGPD entrem em vigor somente em agosto, o órgão pode aplicar as penalidades do Código de Defesa do Consumidor, que incluem multas de até R\$ 10 milhões, e do Marco Civil da Internet, cujas sanções chegam a 10% do faturamento bruto do grupo econômico no Brasil. "Se confirmadas as informações sobre as origens dos vazamentos, a multa é pesada."

Procurado pelo Valor, o Grupo CyberLabs, informou que "identificou os recentes incidentes de segurança a partir do uso de Inteligência Artificial aplicada à cibersegurança". O Grupo também informou ter **comunicado** as autoridades e que vem colaborando com as investigações de casos de vazamentos de dados.

As operadoras Claro, Oi, Tim e Vivo informaram que não identificaram incidentes de vazamento em suas bases de dados.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186692?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186692?page=1&section=1)

# PIB nacional pode crescer até 20% em 15 anos com reforma

Brasília - O senador Weverton Rocha (PDT/MA) afirmou que a apreciação de uma **reforma tributária** neste ano pelo Congresso Nacional deve evitar a criação de **impostos** e tornar o sistema tributário brasileiro mais justo. A declaração ocorreu durante o Seminário RedIndústria, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) na última semana.

Segundo o parlamentar, a reforma deve ser prioridade das discussões do Poder Legislativo ao longo deste ano. "Em 2021 nós precisamos discutir, de verdade, a **reforma tributária**. É uma reforma onde todo o empresariado e o cidadão querem ter um sistema simplificado e justo de tributação. Não dá para se pensar em novos **impostos**. Nós temos que pensar em **impostos** justos, claro, mas unificados. As pessoas precisam saber, de verdade, o que elas estão pagando e para onde está indo esse dinheiro", afirmou.

Um estudo do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) aponta que a **reforma tributária** pode aumentar o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial do Brasil em até 20% em um intervalo de 15 anos, além de ter capacidade para gerar mais de 300 mil empregos por ano.

Em discussão no Congresso Nacional, a **reforma tributária** é vista por especialistas e entidades ligadas ao setor industrial como uma oportunidade para tornar mais justa, também, a tributação dos diversos segmentos da economia nacional. Atualmente, há atividades que são isentas de **impostos** e outras que são oneradas excessivamente.

A indústria, por exemplo, está sujeita a carga tributária mais elevada do que outros setores, de acordo com a CNI. Embora tenha participação de 20,9% na economia brasileira, o setor é responsável por 33% da arrecadação dos **impostos** federais, por exemplo.

Eliseu Silveira, especialista em direito tributário e público, explica que a tributação da indústria gera falta de concorrência, competitividade e enfraquecimento do setor no País. "A indústria nacional é fortemente impactada por causa dos seus produtos ou serviços serem excessivamente onerados com alta taxa de imposto. Esses **impostos** fazem com que os seus produtos se tornem mais caros, inviabilizando a concorrência com empresas que são do exterior", diz.

Os impactos, segundo especialistas, são negativos. Isso porque é comum que itens produzidos fora do Brasil cheguem ao consumidor mais baratos do que os mesmos itens feitos aqui. "Diversas indústrias nacionais fazem os seus produtos lá no exterior e importam porque, mesmo assim, o custo fica mais barato", exemplifica. A consequência natural é que não vale a pena investir no País, o que impacta na oferta de empregos, também.

Para especialistas, um sistema tributário mais eficiente é fundamental para aumentar a competitividade das empresas, acelerar o ritmo de crescimento da economia, gerar emprego e renda para a população.

Propostas - Duas propostas que alteram o sistema tributário brasileiro estão em discussão no Congresso Nacional. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB/SP), e a PEC 110/2019, do senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Embora tenham diferenças, os textos propõem simplificar a cobrança de **tributos** ao unificar vários **impostos** em um só.

No caso da primeira, por exemplo, cinco **impostos** seriam extintos - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS) - para dar lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Já a segunda, propõe a extinção de outros quatro **tributos** além dos listados acima. Passariam a integrar o IBS, também, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Salário-Educação e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustíveis).

O presidente eleito do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), afirmou que espera a aprovação da **reforma tributária** entre agosto e outubro deste ano nas duas Casas legislativas. (Brasil 61)

# Orçamento tem espaço para corte, afirma Felipe Salto

**Lu Aiko Otta**

Há margem para cortar despesas previstas no Orçamento de 2021 e acomodar o auxílio emergencial, segundo o economista Felipe Salto. A questão, disse, é se há disposição em assumir os custos políticos dessas medidas, que passam por suspensão do reajuste salarial dos militares e revisão de incentivos fiscais. Não havendo, o caminho que se coloca à frente para a consolidação fiscal é um "baita aumento de carga tributária".

As sugestões foram divulgadas no Twitter, e Salto disse ao Valor que esse é um posicionamento da Instituição Fiscal Independente (IFI), da qual é diretor-executivo. "São meras hipóteses."

Ele sugeriu reduzir R\$ 4 bilhões dos R\$ 14 bilhões previstos para subsidiar operações de crédito em 2021. Outra medida seria cortar os R\$ 7,1 bilhões previstos para reajuste de militares. Seria recomendado também eliminar R\$ 20 bilhões em gastos tributários, de um total estimado em R\$ 306,4 bilhões. E cortar os R\$ 2,4 bilhões previstos para contratar 50,9 mil funcionários públicos em 2021.

Somadas, essas quatro propostas renderiam R\$ 33,5 bilhões.

"Não é muito distante do custo do auxílio ventilado pelo governo na imprensa", afirmou. As especulações apontam para algo como R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões.

Salto avaliou que a prorrogação do auxílio se tornou "impositiva". Para ele, o corte nos gastos para contrabalançar essa despesa extra não é uma condição indispensável para sua concretização.

No entanto, a redução nas despesas amenizaria os efeitos da despesa adicional sobre o déficit e a dívida do setor público. O raciocínio vale para a hipótese de se encontrar espaço para o auxílio no Orçamento de 2021 ou para a decretação da calamidade e edição de um crédito extraordinário.

"A questão central é se haveria disposição para tanto", acrescentou referindo-se às pressões políticas contrárias aos cortes. "A verdade é que não parece não."

O corte nos subsídios creditícios, por exemplo, exigiria a revisão dos programas, um verdadeiro "vespeiro". Evidentemente, comenta, há um custo político em se fazer isso. "Se não há disposição a isso, que dizer de um compromisso de médio prazo com a consolidação fiscal, muito mais complexa? Não vejo como sem um baita aumento da carga tributária."

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Sinal de alerta para a pauta econômica

**MARINA BARBOSA**

A prisão do deputado bolsonarista Daniel Silveira (PSL-DF) dominou as discussões da Câmara dos Deputados nas últimas horas, acendendo uma luz amarela no governo sobre o andamento da pauta ligadas à economia. Parlamentares garantem, porém, que o episódio não vai contaminar a agenda econômica. A percepção é de que o país não pode mais esperar por definições como o auxílio emergencial e o Orçamento e, por isso, não se pode misturar as coisas.

A intenção de não se desviar da pauta acordada com o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi ressaltada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), enquanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tentava costurar um acordo com os líderes partidários sobre o futuro de Daniel Silveira. "Não elevaremos esse episódio a uma crise institucional. Seguimos com as prioridades comuns do Brasil: vacina, auxílio e reformas", escreveu Pacheco nas redes sociais.

Hoje, Pacheco comanda reunião de líderes do Senado, em que deve ser definida a tramitação do "novo marco fiscal" pedido por Guedes como contrapartida para a retomada do auxílio. Líderes partidários dizem que o Senado pode pautar para a próxima semana a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo. Com isso, a ideia é aprovar o auxílio em até três semanas, para que o benefício seja pago a partir de março.

"Há boa vontade dos líderes e das bancadas com a responsabilidade social e fiscal", disse o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM). "O auxílio emergencial é uma unanimidade. É possível votar algo na próxima terça ou quarta-feira", acrescentou o líder do PSDB, Izalci Lucas (DF). "São assuntos importantes e distintos. Vamos discutir hoje na reunião de líderes do Senado, e a Câmara não vai parar tudo por conta disso (a prisão de Daniel Silveira)", reforçou o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

Lideranças da Câmara, órgão diretamente afetado pelo caso do deputado bolsonarista, também destacaram a necessidade de avançar com os dois assuntos de forma paralela. A oposição e a minoria, por exemplo, disseram que "a prioridade máxima" é "vacina para todos e prorrogação do auxílio emergencial já" na mesma nota em que anunciaram a

representação contra Daniel Silveira no Conselho de Ética da Casa. Reformas Pelo entendimento fechado entre Guedes e a cúpula do parlamento, a PEC do Pacto Federativo deve ganhar uma cláusula de calamidade pública para deixar o auxílio emergencial fora do teto de gastos. A proposta, contudo, pode passar a tramitar com a PEC Emergencial, que prevê medidas de cortes de gastos e sofre maior resistência política. Para discutir a potência dessas medidas fiscais e o alcance do novo auxílio, a equipe econômica deve receber hoje o senador Márcio Bittar, relator das PECs e do Orçamento.

Presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), a deputada Flávia Arruda (PL-DF) também deve participar da reunião. Ao Correio, ela garantiu que a CMO não vai retardar os trabalhos diante da prisão de Daniel Silveira, que deve ser avaliada hoje pelo plenário da Câmara. O objetivo é aprovar o Orçamento até o fim de março. "O país não pode mais esperar", afirmou a deputada, que já apontou as prioridades do Orçamento: vacina e auxílio emergencial.

"O auxílio emergencial vai avançar rápido porque é uma pauta importante para o país e os parlamentares reconhecem isso. Daniel Silveira é pequeno diante dessa questão, logo não deve atrapalhar, a não ser que Bolsonaro transforme o caso em um problema maior", afirmou o professor de ciência política do Insper Humberto Dantas.

Entraves Ele não acredita, no entanto, que as demais reformas econômicas vão andar com tanta celeridade. "A questão do Daniel Silveira pode ser superada rapidamente, mas a pauta de reformas econômicas não, porque o Centrão vai cobrar o preço dos acordos firmados com Bolsonaro", explicou.

Diferentemente do auxílio emergencial e da PEC do Pacto Federativo, as reformas tributária e administrativa ainda devem tramitar por comissões antes de irem aos plenários da Câmara e do Senado. Quanto à **reforma tributária**, a ideia no Congresso é encerrar a comissão mista ainda neste mês, para que a proposta final seja aprovada até outubro. Já a reforma administrativa precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir para uma comissão especial. E a briga pela presidência da CCJ pode se acirrar, pois a indicada para o cargo, a deputada Bia Kicis (PSL-DF), sofre resistência e compartilha das críticas desferidas por Daniel Silveira ao Supremo Tribunal Federal (STF).

# Petróleo em alta faz a gasolina disparar

**Simone Kafruni**

Os combustíveis estão com os preços em disparada no Brasil e a valorização do dólar ante o real e do barril de petróleo no mercado internacional devem manter a tendência de alta. As duas variáveis compõem a política de preços da Petrobras. Como as mudanças nos **impostos** propostas pelo governo federal podem não ter efeito na redução de preços, segundo avaliam tributaristas, o consumidor deve preparar o bolso se quiser manter o carro em circulação.

No levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), terminado em 13 de fevereiro, o preço médio da gasolina no Distrito Federal estava em R\$ 5,087, sendo o máximo de R\$ 5,359. No entanto, depois disso, houve revisão da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com impacto de R\$ 0,10 no litro do combustível, e elevação do preço do etanol anidro, que é adicionado na proporção de 27% na gasolina C, com acréscimo de mais R\$ 0,10 no preço de bomba.

Além disso, ontem, o barril de petróleo chegou próximo de US\$ 65 e o dólar foi cotado a R\$ 5,42, com alta de 0,80%. Sérgio Araújo, presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), disse que o óleo está em alta porque faz frio no hemisfério norte e o consumo do combustível, utilizado como fonte de aquecimento, aumentou. "A tendência é bater nos US\$ 70 por barril", estimou.

Segundo ele, a proposta do governo federal, de mexer no ICMS, é um avanço de simplificação tributária, mas não terá efeito na redução de preço para o consumidor. "A Abicom sugere a implantação de um fundo de estabilização, usando a receita excedente dos royalties do petróleo. Isso resolveria o problema para a Petrobras, para os importadores, produtores e consumidores, em especial os caminhoneiros. Sem impacto no orçamento e com capacidade de suavizar a volatilidade dos preços", sustentou.

Araújo explicou que, mesmo em alta, os preços praticados pela Petrobras ainda sofrem defasagem em relação aos do mercado internacional. "A defasagem média na gasolina chegou em R\$ 0,21 por litro e no diesel, a R\$ 0,40 por litro. Até quando a Petrobras vai segurar estas perdas?", indagou. Para Gabriel Quintanilha, advogado tributarista e professor de

Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Constituição já prevê a substituição de recolhimento monofásico do ICMS dos combustíveis. "A lei complementar que o governo apresentou regulamenta um dispositivo constitucional. Não tem grandes mudanças e não traz nenhum efeito de redução nos preços para o consumidor. Se o objetivo fosse reduzir a tributação, bastava isentar de PIS/Cofins ou tirar da Cide", disse. A Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico representa R\$ 0,10 no litro da gasolina. Atualmente, não há cobrança no diesel. Quintanilha assinalou que uma alíquota única de ICMS poderia ser uma solução. "Várias alíquotas fomentam a guerra fiscal entre os estados, o que só prejudica a arrecadação. Seria fundamental que o ICMS tivesse alíquota única, mas isso não depende do governo federal, mas da **reforma tributária**", destacou.

# Diferença no ICMS de combustíveis cobrado por estado chega a 74%

**Nicola Pamplona - rio de janeiro**

A grande disparidade entre os valores cobrados por cada estado no ICMS sobre os combustíveis é um obstáculo à aprovação do projeto de lei sobre o tema entregue na semana passada ao Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro.

Levantamento feito pela Fe-combustíveis (Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes) mostra que a diferença do valor cobrado sobre a gasolina chegava a 74% na segunda quinzena de janeiro.

No estado que cobra menos, o Amapá, o ICMS sobre a gasolina correspondia a R\$ 0,968 por litro. No Rio, que tem a alíquota mais alta do país, era de R\$ 1,687 por litro. Em São Paulo, segundo mais barato, eram R\$ 1,062.

Os valores consideram a alíquota cobrada e o preço de referência definido por cada estado, que é alterado a cada 15 dias. Em São Paulo, por exemplo, o governo cobra 25% sobre um preço de referência de R\$ 4,235 por litro. No Rio, são 34% sobre R\$ 4,929.

No projeto enviado ao Congresso, o governo quer que o imposto passe a ser cobrado em um valor fixo em reais, em vez de um percentual sobre o preço final, e que esse valor seja uniforme em todo o país. Como justificativa, diz que o modelo garantiria maior previsibilidade aos preços.

A uniformização dos valores, porém, implicaria perda de receita para estados que têm alíquotas mais altas ou aumento de preços naqueles que cobram menos, caso resulte em um nivelamento por alto. Ou, em uma terceira hipótese, as duas coisas, caso se procure uma média nacional.

A proposta é defendida pelo setor de combustíveis, que vê potencial para reduzir as fraudes na venda interestadual de combustíveis: quando, por exemplo, um fraudador compra o produto para venda em São Paulo, mas desvia para o Rio, vendendo a carga com um preço menor.

Mas é vista como inconstitucional para tributaristas, já que interfere na competência dos estados para definir suas políticas fiscais. "Se for aprovado pelo

Congresso, isso deve ser levado pelos estados ao Supremo", diz o advogado e professor do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários André Félix.

Ele ressalta que não está entre as atribuições do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) a definição de alíquotas de **impostos**, como prevê o projeto de lei do governo. É que eventual redução do valor em determinados estados tende a provocar alta de preços de outros produtos.

"Toda vez que dá redução de carga fiscal para um setor, os outros setores da economia tendem a ser tributados a mais" diz. "O estado não vai perder arrecadação, então não há segredo: se você beneficia um setor, prejudica os outros." Lideranças do setor de combustíveis ponderam que o projeto prevê uma câmara de compensação para amenizar os desequilíbrios. "Os estados que aumentarem o valor do imposto arrecadariam mais e fariam um crédito para compensar os que perderem arrecadação", diz o presidente da Fe-combustíveis, Paulo Miranda.

No Congresso, a tendência é que a aprovação da unificação dos valores seja difícil, e o foco do debate, caso o projeto venha a tramitar, será na mudança do percentual para um valor fixo e na cobrança apenas nas refinarias, outra das mudanças previstas no projeto.

"A monofasia [cobrança em apenas uma fase] reduz sonegação, isso é verdade. Se tiver cobrança efetiva na refinaria ou importação, diminui muito o risco de sonegação", diz o deputado federal Christino Áureo (Progressistas), que preside a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento do Petróleo e Energias Renováveis.

Ele entende, porém, que a definição dos valores cobrados deve se dar de cada estado. "Se houver grande pressão por alíquota mais próxima, estados que estão em situação fiscal mais frágil vão ter muita dificuldade. No Rio, qualquer perda de receita é um desastre." Ainda há dúvidas sobre a possibilidade de que o projeto venha a tramitar, já que os **impostos** sobre os combustíveis também são discutidos no âmbito da **reforma tributária**. A avaliação é que Bolsonaro tenta agilizar o debate para dividir com os estados a responsabilidade pela alta recente nos preços.

a produção de cerca de 1 milhão de barris por dia, o equivalente a um terço do volume produzido no Brasil, e a expectativa é que o bombeamento continue sofrendo impactos por dias ou até semanas.

A política de preços da Petrobras trabalha com um conceito conhecido como paridade de importação, que calcula quanto custaria a venda, no mercado brasileiro, de combustível comprado nos EUA. Em 2021, a estatal já promoveu três reajustes no preço da gasolina e dois no do diesel.

Nas bombas, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) a gasolina acumula alta de 6,8% desde a última semana de 2020. Já o preço do diesel aumentou 4,6% no período.

Para especialistas, os valores cobrados pela estatal ainda não refletem a escalada das cotações internacionais, e novos reajustes são esperados.

Segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), a defasagem no preço da gasolina em relação à paridade de importação chegou a R\$ 0,21 por litro. No diesel, é de R\$ 0,40.

A Petrobras diz que o cálculo da defasagem varia de empresa para empresa.

#### EXEMPLOS DE VALORES SOBRE O ICMS DA GASOLINA, POR LITRO

R\$ 0,968 Amapá (menor valor do país)

R\$1,687 Rio de Janeiro (maior valor do país)

"O estado não vai perder arrecadação, então não há segredo: se você beneficia um setor, prejudica os outros" André Félix advogado e professor do Ibet (Instituto Brasileiro de Estudos Tributários)

-

Onda de frio nos EUA pressiona petróleo e política da Petrobras

A histórica onda de frio no Texas já se reflete nas cotações do petróleo e amplia a pressão sobre a política de preços dos combustíveis da Petrobras. Nesta quarta (17), as duas principais cotações fecharam em alta de cerca de US\$ 1 por barril.

A escalada ocorre em um momento de alta nos preços internos, que gerou um debate entre Jair Bolsonaro e governadores sobre mudanças no sistema de cobrança do imposto estadual ICMS.

As nevascas, que levaram ao fechamento de refinarias

na principal região produtora de combustíveis dos EUA, reforçam as expectativas de que o ciclo de alta nas cotações ainda deve perdurar, levando consigo os preços no Brasil.

Nesta quarta, o petróleo Brent, referência internacional negociada em Londres, fechou em alta de 1,6%, ou US\$ 0,99, cotado a US\$ 64,34 por barril. Já o WTI, negociado em Nova York, subiu 1,8%, ou US\$ 1,09, para US\$ 61,14.

São os maiores valores desde janeiro de 2020, antes do início da pandemia, quando o mercado era pressionado pela possibilidade de conflito no Oriente Médio após a morte do general iraniano Qasem Soleimani pelos EUA.

As cotações já vinham em alta nas últimas semanas, diante da perspectiva de retomada da economia com o avanço da vacinação contra a Co-vid-19 pelo mundo e de cortes na produção promovidos pela Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Nos últimos dias, segundo analistas, o movimento é impulsionado pelas temperaturas historicamente baixas no Texas. "Isso acabou de nos levar para o próximo nível", disse Bob Yawger, diretor de futuros de energia do Mizuho em Nova York, que vê o petróleo indo a US\$ 65 por barril.

A frente fria já interrompeu

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49441>**

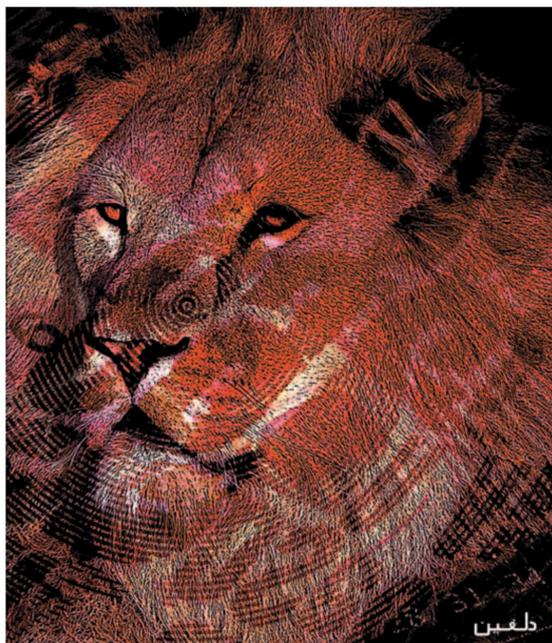
### ICMS sobre gasolina e diesel, por estado

Em R\$ por litro



Fonte: Fecombustíveis, com dados referentes à segunda quinzena de janeiro

# Correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (2)



ARNÓBIONETO ARAUJO DURÃES, JOUBERT DA SILVA  
JERÔNIMO LEITE

Muito se tem falado sobre a tão esperada e necessária **reforma tributária** para o País, e que iria abranger as peças jurídicas como também as peças físicas. Entretanto, em momento algum, o governo federal, por meio da **Receita Federal do Brasil** (RFB), cogitou sobre a correção da tabela do Imposto de Renda para as peças físicas. Conforme o Sindifisco Nacional - Sindicato de Auditores Fiscais da Receita, a tabela contabiliza uma defasagem acumulada de 113,09% relativo aos últimos 24 anos.

Desde janeiro de 2016 a tabela do imposto de renda parou de sofrer correção pela **inflação** divulgada anualmente pelo IBGE, o que vem prejudicando o trabalhador brasileiro, pois a cada ano tem sua renda reduzida pelo pagamento cada vez maior do imposto de renda, como também redução e até mesmo eliminação nas restituições quando da apresentação da Declaração de Ajuste Anual.

O que percebemos, nas poucas falas do presidente da República, são promessas evasivas e sem o devido alinhamento com o ministro da Economia, o que nos dá a conotação de ser apenas promessas no sentido eleitoral, principalmente pelo fato de atingir a classe de menor renda do trabalhador brasileiro, a qual mais sofre com a não correção da tabela do imposto de

renda peça física.

Veja a tabela 1, atual, disponível pela **Receita Federal** e que servirá de base para os cálculos e entrega da Declaração de Ajuste Anual dos contribuintes.

Como podemos perceber, se aplicarmos o reajuste acumulado nessa tabela o limite de isenção passaria dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 4.057,19, valor esse aquém do prometido em campanha eleitoral pelo presidente Jair Bolsonaro, que seria de cinco salários-mínimos, o que atualmente equivale a R\$ 5.500,00. Simulamos, como ficaria a nova tabela 2 caso houvesse pelo menos a correção com a defasagem acumulada.

Além da correção da tabela do imposto de renda, haveria também a correção do limite de dedutibilidade por dependentes que sairia dos atuais R\$ 189,59 para R\$ 404,00.

Como percebemos, a defasagem da tabela é algo alarmante, chegando ao ponto de um trabalhador que tenha uma renda mensal de R\$ 1.500,00, por ocasião de suas férias, que será acrescido de mais um terço, sofrer a retenção de imposto de renda na fonte, reduzindo ainda mais o seu rendimento.

Além de arcar com uma elevada carga tributária, praticamente sem retorno algum por parte do governo, esse trabalhador terá ainda que arcar com as despesas com educação, saúde, segurança, saneamento básico, dentre outras necessidades, que deveriam ser provido pelos entes governamentais.

Reza a lenda que quem paga imposto em nosso País são os trabalhadores assalariados. Pois, como vimos, eles não têm como se planejar tributariamente, haja visto que o desconto do imposto de renda é na fonte. Ou seja, as empresas que efetuam os pagamentos a essas peças físicas fazem as retenções na fonte e recolhem para os cofres públicos sem intervenção do trabalhador. Portanto, não tem como ele fugir dessa tributação.

Só nos resta torcer para que os nossos governantes tenham um pouco de clemência pela sofrida classe de trabalhadores e corrija a tabela, pelo menos com a **inflação** acumulada. Fato esse que ajudaria bastante em tempos de pandemia e redução de salários, como

vem ocorrendo na atualidade.

**Site:**

**<https://correiodigital.rac.com.br/VCP/2021/02/18/pdf/>**

**TABELA 1**

Base De Cálculo	Alíquota	Dedução
de 0,00 até 1.903,98	Isento	R\$ 0,00
de 1.903,99 até 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
de 2.826,66 até 3.751,05	15,0%	R\$ 354,80
de 3.751,06 até 4.664,68	22,5%	R\$ 636,16
a partir de 4.664,68	27,5%	R\$ 869,36

**TABELA 2**

Base De Cálculo	Alíquota	Dedução
de 0,00 até 4.057,19	Isento	R\$ 0,00
de 4.057,20 até 6.023,317	5,0%	R\$ 304,29
de 6023,32 até 7.993,11	15,0%	R\$ 756,04
de 7.993,12 até 9.939,97	22,5%	R\$ 1.355,52
a partir de 9.939,97	27,5%	R\$ 1.852,52

# Condecon encaminha carta aberta em defesa da reforma tributária

Na última terça-feira (16), o Conselho de Relacionamento com o Contribuinte (Condecon) enviou, ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, uma carta aberta em defesa de uma **reforma tributária** ampla. De acordo com o manifesto, que reúne representantes do Fisco cearense, de entidades empresariais e de categorias profissionais, a **reforma tributária** deve priorizar a simplificação e desburocratização das normas e procedimentos tributários. A carta afirma que somente uma reforma com essas características seria capaz de reduzir o atual contencioso tributário. "E transformar as administrações tributárias em entidades que busquem a construção de uma relação de confiança com os contribuintes, fomentando a regularidade tributária espontânea e provendo tratamento mais isonômico de acordo com o nível de conformidade de cada agente", diz o trecho. Os conselheiros acreditam que a reforma está próxima de um consenso. "Rogamos que o reinício das sessões parlamentares traga a continuidade e a breve conclusão positiva desse esforço, propiciando darmos um salto na melhoria da vida de todos os brasileiros e brasileiras", ressalta o documento.

**Site:** [https://issuu.com/oestadoce/docs/18-02\\_914cc20bcfcb40](https://issuu.com/oestadoce/docs/18-02_914cc20bcfcb40)

# Prisão de deputado acende alerta no governo sobre avanço da pauta econômica

A prisão do deputado bolsonarista Daniel Silveira (PSL-DF) dominou as discussões da Câmara dos Deputados nas últimas horas, acendendo uma luz amarela no governo sobre o andamento da pauta ligadas à economia. Parlamentares garantem, porém, que o episódio não vai contaminar a agenda econômica. A percepção é de que o país não pode mais esperar por definições como o auxílio emergencial e o Orçamento e, por isso, não se pode misturar as coisas.

A intenção de não se desviar da pauta acordada com o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi ressaltada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), enquanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tentava costurar um acordo com os líderes partidários sobre o futuro de Daniel Silveira. "Não elevaremos esse episódio a uma crise institucional. Seguimos com as prioridades comuns do Brasil: vacina, auxílio e reformas", escreveu Pacheco nas redes sociais.

Hoje, Pacheco comanda reunião de líderes do Senado, em que deve ser definida a tramitação do "novo marco fiscal" pedido por Guedes como contrapartida para a retomada do auxílio. Líderes partidários dizem que o Senado pode pautar para a próxima semana a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo. Com isso, a ideia é aprovar o auxílio em até três semanas, para que o benefício seja pago a partir de março.

"Há boa vontade dos líderes e das bancadas com a responsabilidade social e fiscal", disse o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM). "O auxílio emergencial é uma unanimidade. É possível votar algo na próxima terça ou quarta-feira", acrescentou o líder do PSDB, Izalci Lucas (DF). "São assuntos importantes e distintos. Vamos discutir hoje na reunião de líderes do Senado, e a Câmara não vai parar tudo por conta disso (a prisão de Daniel Silveira)", reforçou o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

Lideranças da Câmara, órgão diretamente afetado pelo caso do deputado bolsonarista, também destacaram a necessidade de avançar com os dois assuntos de forma paralela. A oposição e a minoria, por exemplo, disseram que "a prioridade máxima" é "vacina para todos e prorrogação do auxílio

emergencial já" na mesma nota em que anunciaram a representação contra Daniel Silveira no Conselho de Ética da Casa.

## Reformas

Pelo entendimento fechado entre Guedes e a cúpula do parlamento, a PEC do Pacto Federativo deve ganhar uma cláusula de calamidade pública para deixar o auxílio emergencial fora do teto de gastos. A proposta, contudo, pode passar a tramitar com a PEC Emergencial, que prevê medidas de cortes de gastos e sofrem maior resistência política. Para discutir a potência dessas medidas fiscais e o alcance do novo auxílio, a equipe econômica deve receber hoje o senador Márcio Bittar, relator das PECs e do Orçamento.

Presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), a deputada Flávia Arruda (PL-DF) também deve participar da reunião. Ao Correio, ela garantiu que a CMO não vai retardar os trabalhos diante da prisão de Daniel Silveira, que deve ser avaliada hoje pelo plenário da Câmara. O objetivo é aprovar o Orçamento até o fim de março. "O país não pode mais esperar", afirmou a deputada, que já apontou as prioridades do Orçamento: vacina e auxílio emergencial.

"O auxílio emergencial vai avançar rápido porque é uma pauta importante para o país e os parlamentares reconhecem isso. Daniel Silveira é pequeno diante dessa questão, logo não deve atrapalhar, a não ser que Bolsonaro transforme o caso em um problema maior", afirmou o professor de ciência política do Insper Humberto Dantas.

## Entraves

Ele não acredita, no entanto, que as demais reformas econômicas vão andar com tanta celeridade. "A questão do Daniel Silveira pode ser superada rapidamente, mas a pauta de reformas econômicas não, porque o Centrão vai cobrar o preço dos acordos firmados com Bolsonaro", explicou.

Diferentemente do auxílio emergencial e da PEC do Pacto Federativo, as reformas tributária e administrativa ainda devem tramitar por comissões antes de irem aos plenários da Câmara e do Senado. Quanto à **reforma tributária**, a ideia no Congresso é

encerrar a comissão mista ainda neste mês, para que a proposta final seja aprovada até outubro.

Já a reforma administrativa precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir para uma comissão especial. E a briga pela presidência da CCJ pode se acirrar, pois a indicada para o cargo, a deputada Bia Kicis (PSL-DF), sofre resistência e compartilha das críticas desferidas por Daniel Silveira ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Com o pregão mais curto por conta da volta do feriado de carnaval, o Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), teve alta de 0,78% ontem, aos 120.355 pontos. O movimento das commodities, como o petróleo e o minério de ferro, que seguem em alta, puxaram o índice. O dólar continua se valorizando em relação ao real por conta da desconfiança do mercado com a situação fiscal do país. A divisa norte-americana subiu 0,80%, cotada em R\$ 5,420.

De acordo com Gustavo Bertotti, economista-chefe da Messer Investimentos, o Ibovespa abriu em queda, mas se recuperou em seguida puxado pelas blue chips (ações mais negociadas). O dólar, em direção errática, subindo com a Bolsa, é reflexo das preocupações com a possibilidade de um novo auxílio emergencial, que poderá comprometer as contas públicas, e de desdobramentos políticos, com a prisão do deputado bolsonarista Daniel Silveira (PSL-RJ) por apologia ao AI-5 e ataque ao Supremo Tribunal Federal (STF).

"A Bolsa brasileira está muito ligada ao cenário externo. Tanto que caía até as 14h, mas, depois da divulgação da ata do Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano), que reforçou estímulo monetário, passou a subir. Isso porque a decisão de maior liquidez mundial beneficia exportadores de commodities, como o Brasil", explicou.

Não à toa, as ações preferenciais da Petrobras tiveram alta de 3,87% e as ordinárias, de 4,11%. Os papéis da Vale valorizaram 2,89%. Na mesma direção que a Bolsa, o que é mais incomum, o dólar em alta reflete o cenário doméstico, disse o economista. A moeda americana não perde força porque tem o componente doméstico, a prisão do deputado, o embate político e, principalmente, a preocupação do mercado com o fiscal, diante da possibilidade de novo auxílio emergencial", explicou Bertotti.

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/02/4907256-prisao-de-deputado-acende-alerta-no-governo-sobre-avanco-da-pauta-economica.html>**

## O alerta da história (2)

**Fernando Valente Pimentel**

São complexas as demandas do Brasil em meio à pandemia do novo coronavírus, cuja segunda onda, mais intensa do que se previa, eclode num momento em que ainda não estão dadas as condições para a retomada consistente do crescimento em níveis adequados, num cenário ainda de elevado desemprego e fim do auxílio emergencial do governo, com impactos sociais e no consumo. É um contexto no qual, a despeito da iminência do início da vacinação, seguem limitadas as atividades e permanecem as incertezas nacionais e globais, provocadas pela própria COVID-19, seus desdobramentos, disputas comerciais entre nações e retração dos mercados.

Exigem-se, portanto, muito foco, empenho, força e resiliência para promover o fomento econômico e a expansão do **PIB** no grau necessário para a recuperação do mercado de trabalho e das empresas, aumento dos investimentos e criação de milhões de empregos para as atuais e futuras gerações. Cabe lembrar que teremos de fazer tudo isso, sem mais adiamentos, num ambiente ainda permeado pelos prioritários cuidados sanitários, que impõem limitações, considerando que a imunização dos brasileiros irá estender-se ao longo de muitos meses. Trata-se, aliás, de medida premente para a prioritária preservação de vidas e a retomada de modo mais intenso das atividades, sem prejuízo à saúde dos trabalhadores das distintas áreas, seus familiares e toda a população.

Considerando todas essas questões, é prudente refletir sobre algo crucial: a pandemia foi um fator imponderável, mas os problemas que a agravaram no Brasil eram sobejamente conhecidos e tiveram sua solução postergada durante décadas, culminando com a paulatina corrosão de nossa competitividade sistêmica, a qual vem provocando um processo de desindustrialização precoce em nosso país. Reflexos disso, lamentavelmente, foram os anúncios recentes de encerramento de produção por parte de importantes empresas dentro do nosso espaço geográfico. Decerto que essas decisões empresariais necessitam de uma análise mais abrangente, mas, sem dúvida, o ambiente inseguro e burocrático para operar pesou, e muito, nas decisões das companhias.

Sim, é cada vez mais difícil conviver com nosso voraz e burocratizado sistema tributário, no qual se busca sempre a solução "mágica" da majoração de **impostos** para cobrir os rombos orçamentários nas

três instâncias do poder público - federal, estadual e municipal. É exatamente o que estão tentando fazer agora governos estaduais, que aumentam as alíquotas do já elevado ICMS, impondo ônus extras a empreendedores e consumidores e, por consequência, limitando a capacidade de crescimento, geração de empregos e de investimentos, no momento mais inoportuno para isso.

Portanto, está mais do que na hora de consolidarmos um modelo eficaz e vencedor de economia e nação. A pandemia escancarou as fragilidades e incertezas às quais estão expostos os setores produtivos do Brasil. Portanto, é necessária mobilização ampla, determinada e focada, para concretizar as medidas mais relevantes voltadas ao resgate de nossa competitividade e produtividade dos fatores de produção.

Nesse sentido, é premente aprovar reformas, como a tributária e administrativa, que reduzam o "custo Brasil", pois estamos perdendo posições no mercado mundial nos últimos 40 anos. Temos de avançar nessas e em outras providências consensualmente estabelecidas como essenciais, a exemplo da segurança jurídica e políticas públicas eficazes no plano socioeconômico. Não podemos, mais uma vez, ficar para trás, assistindo ao mundo avançar, por falta de condições de competitividade de nossas empresas.

Vencer esse desafio também exige um choque de qualidade no ensino, a começar da educação básica, até a universidade, passando pela formação técnica e a continuada, pós-graduação, ciência, P D. Não basta universalizar o acesso às salas de aula, que, aliás, ainda não alcançamos em todos os níveis. É preciso excelência, pois recursos humanos qualificados são o grande diferencial na competição global, o que deverá ser cada vez mais acentuado no contexto de um ambiente laboral permeado por tecnologias sofisticadas e por uma agenda ambiental irreversível.

Os projetos, demandas, metas e necessidades são muito claros. Depende de nós, como nação, viabilizá-los e construir um novo destino de desenvolvimento e justiça social. Considerando nosso imenso potencial de recursos naturais, clima, demografia, estrutura e capacidade dos setores produtivos, seria lamentável a omissão frente ao chamamento da história. Portanto, vamos tratar de atendê-lo!

Fernando Valente Pimentel, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Ajuste do ICMS em SP complica negócios, dizem tributaristas

**Fernanda Brigatti - são paulo**

O ajuste fiscal promovido pelo governo de São Paulo no ano passado, com corte de isenção de ICMS para vários produtos e mudanças em alíquotas, também tornou mais complexo o tratamento tributário no estado. Deu origem, ainda, a um duelo de decisões judiciais mantendo ou derrubando as revisões feitas pelo fisco estadual.

Tributaristas e contabilistas afirmam que a mudança -e a briga judicial que ela ensejou- criou um emaranhado tributário difícil de ser interpretado especialmente por pequenas empresas, que não dispõem de programas sofisticados ou equipe para implementar todas as alterações.

Além disso, afirmam que produtos e serviços podem ficar mais caros.

O governo de São Paulo afirma que as mudanças foram discutidas na Assembleia e que não houve aumento de **impostos**, mas uma revisão linear de benefícios fiscais.

Nesta quarta (17), representantes dos setores de saúde, do agronegócio e dos revendedores de automóveis fizeram um trator aço na capital contra o aumento de ICMS. Eles saíram da Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) e foram até a Assembleia Legislativa.

Wellington Mota, diretor tributário da Confirp Consultoria Contábil, diz ter levado quase um mês para entender todas as modificações introduzidas pelo governo João Do -ria (PSDB). Desde outubro do ano passado, 15 decretos revisaram ou renovaram isenções e benefícios fiscais, além de mexer em bases de cálculo e de crédito outorgado.

Na avaliação da advogada Renata Bardella, líder de tributo do schneider, pugliese, as mudanças irão aumentar o custo administrativo que a empresa tem para pagar seus **tributos** em dia.

Para Adriano Gilioli, do CRC-SP (Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo), as alterações trouxeram "uma complexidade operacional nunca vista", que vai acabar em aumento nos autos de infração -e, portanto, de custos- contra empresas

devido à dificuldade que elas terão para se adaptar à nova **legislação tributária**.

"Com uma legislação dessa, vamos perder pessoas jurídicas. Ninguém esperava um 2021 com uma legislação estadual tão trabalhosa. Quando dou a cada produto uma conduta tributária diferente, imagine o impacto disso para um varejista, uma mercearia, um mercado ou uma distribuidora, para quem mexe com vários produtos", diz.

Revendas de veículos usados, construção civil, indústria de produtos médicos e empresas do ramo de refeições estão entre os setores mais afetados pelas mudanças, diz Mota, da Confirp. Nos alimentos, o impacto teria sido maior, mas o governo recuou após protestos e manteve a isenção do ICMS para frutas, verduras e legumes e a alíquota de 7% para ovos (passaria a ser de 9,4%).

Outro complicador, segundo ele, refere-se à obrigação de complementação de imposto para a cadeia de substituição tributária, na qual se paga uma alíquota com base em preço fixo definido pelo fisco. O complemento será necessário se o valor final do produto for maior do que previsto quando houve o cálculo da retenção do tributo.

"É praticamente impossível as empresas terem esse nível de controle de estoque. Grande atacadistas ainda usam consultorias, com softwares avançados, para conseguir monitorar isso, mas a maioria não tem", afirma.

"O empresário precisa ter o cuidado de entrar no sistema e parametrizar item por item, de acordo com a data da operação. E aí não tem jeito, se a alíquota sobe, ele vai repassar para o preço e perder competitividade", diz Wellington Mota.

A Secretaria de Fazenda e Planejamento de São Paulo afirma que o estado sempre se empenhou em fixar uma base de cálculo justa e transparente para a substituição tributária. Os contribuintes podem solicitar ressarcimento quando o preço de venda for inferior ao apurado, diz a gestão, e agora passam a precisar complementar quando ele for maior.

Empresas optantes pelo Simples Nacional não terão aumento de carga tributária, uma vez que recolhem o

imposto estadual embutido em uma alíquota que integra outros **tributos**. Mas uma mudança nas regras tributárias está fazendo essas empresas pagarem mais pela aquisição de produtos do que as não optantes pelo Simples.

A situação dos açougues ilustra a diferença no tratamento. Quando vende carne para empresas como mercados, supermercados e açougues, os frigoríficos pagam alíquota reduzida de 7% de ICMS. Se o mercado ou açougue é optante do Simples, a alíquota é cheia, entre 12% e 13,3%.

"O não optante [pelo Simples] acaba tendo um custo de compra menor", diz Silvio Vucinic, consultor do Sebrae-SR. Essa exceção está valendo também para os têxteis, mas, em 1º de abril, a regra muda novamente e as vendas para empresas do Simples voltarão a ter base de cálculo menor.

E o nível de complexidade vai além da situação do Simples Nacional.

No setor de saúde, as vendas de medicamentos para o tratamento de câncer, gripe H1N1 e Aids, equipamentos e insumos continuam isentas somente quando realizadas para hospitais públicos e Santas Casas. Nas negociações com estabelecimentos privados, a alíquota passou a ser de 18%.

Representantes do setor de distribuição de artigos médicos dizem que o repasse de custo pode chegar a 22% sobre o preço de venda.

Entre os medicamentos, os genéricos teriam elevação de 12% para 13,3%, mas a mudança foi cancelada no decreto de 15 de janeiro. Mesmo assim, medicamentos especiais, como os para tratamentos de câncer, Aids, H1N1 e doenças renais, perderam a isenção -a alíquota passou a ser de 12%, quando genéricos, e de 18% para os de marca.

A elevação da carga tributária para o setor levou a uma série de disputas judiciais. Da indústria de remédio, PróGenéricos (associação das indústrias de genéricos) e Sindus-farma (sindicato da indústria) entraram com ações. A primeira chegou a conseguir uma liminar para barrar a elevação, mas ela foi suspensa. O mandado de segurança do sindicato ainda não foi analisado.

O vaivém de liminares também eleva a percepção de insegurança jurídica, diz Renata Bardella.

"A análise de conformidade [manter as obrigações tributárias em dia] fica muito mais complexa. O fornecedor precisa controlar o cadastro de clientes, ver se ele se enquadra na manutenção de isenção, se é

uma Santa Casa ou um hospital filantrópico e se, no dia da venda, ele tem ou não uma liminar", afirma a advogada.

Também foram à Justiça para tentar barrar as mudanças a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a Abimo (Associação da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos), a Abimed (indústria de alta tecnologia de produtos para saúde), a Anahp (hospitais privados) e o Sindhosp (Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo).

A Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) também entrou com ação -a liminar foi negada.

O governo de São Paulo diz que o projeto de lei que autorizou os decretos mexendo no ICMS foi "amplamente discutido na Assembleia durante 60 dias, com a participação da sociedade civil, e aprovado pelos parlamentares".

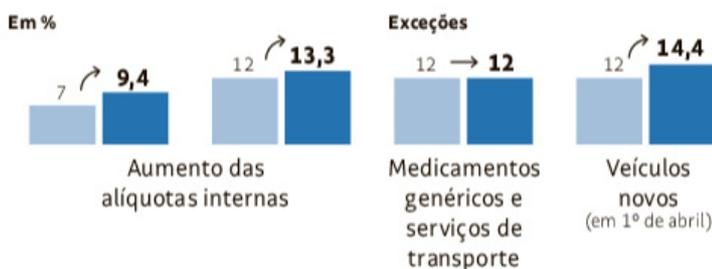
A Fazenda estadual afirma que não houve aumento de **impostos**, mas a revisão linear de 20% nos benefícios fiscais concedidos aos diversos setores. A legislação que mexeu no ICMS prevê que as mudanças de alíquota durem dois anos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49441>

## Benefícios fiscais de ICMS em São Paulo

### Mudanças gerais



Produtos com isenção total passaram a ter isenção parcial

- Na prática, passaram a ter imposto cobrado
- O desconto de 75% a 80% do valor da operação

### Alíquota, em %

Produtos e serviços	Anterior	Atual
Fornecimento de alimentação em bares e restaurantes		
Regime especial	3,2	<b>3,69</b>
Regime normal	12	<b>13,3</b>
Comércio varejista de carne (cálculo sobre a receita bruta)	4,5	<b>4,7</b> até 31.mar; depois, <b>5,5</b>
Queijo muçarela, prato e minas	12	<b>13,3</b> até 31.mar; depois, <b>18</b>
Leite pasteurizado	Isento	<b>4,14</b>
Suco de laranja	12	<b>13,3</b>
Hortifrútiis (exceto alho, amêndoa, avelã, castanha, nozes, pera, maçã)	Isento	<b>Isento</b>
Pão e pão torrado (exceto pão francês ou de sal)	12	<b>13,3</b>
Insumos agropecuários	Isento	<b>Isento</b> nas operações internas; <b>4,14</b> nas vendas para outros estados
Energia elétrica (consumo superior a 1.000 kWh/mês)	Isento	<b>Isento</b>
Óleo diesel	12	<b>13,3</b>
Etanol hidratado combustível (o que é vendido na bomba)	12	<b>13,3</b>
Ovo (ovo pasteurizado, pasteurizado desidratado, gema e clara pasteurizadas e desidratadas)	7	<b>9,4</b>
Embalagens para ovos	7	<b>9,4</b>
Preservativos	7	<b>9,4</b>
Querosene de aviação (nas operações com empresas de transporte regular de cargas ou passageiros)	12	<b>13,3</b>
Veículos novos sujeitos a substituição tributária	12	<b>13,3</b> até 31.mar; depois, <b>14,4</b>
Veículos usados	1,8	<b>5,5</b> até 31.mar; depois, <b>3,9</b>

Fonte: Confirp Consultoria Contábil

# Por auxílio, economista sugere congelar salário de militares

**Eduardo Cucolo - são paulo**

O governo federal poderia encontrar um espaço de R\$ 33,5 bilhões no Orçamento de 2021 com a adoção de algumas medidas de cortes de gastos e aumento de arrecadação que ajudariam a compensar parte da despesa estimada com uma possível extensão do auxílio emergencial. O cálculo é do economista Felipe Salto, que é diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente).

A lista apresentada por Salto como exemplo de medidas compensatórias para ajudar no equilíbrio das contas públicas inclui congelar o salário de militares e a reposição de servidores aposentados, além de cortar subsídios e benefícios fiscais. Ela é um contraponto ao discurso de que o governo federal não tem recursos para viabilizar o benefício por falta de espaço no Orçamento.

"Não tem onde cortar? Um escrutínio da proposta orçamentária de 2021, em debate na Comissão Mista de Orçamento (CMO), mostra que há muita coisa disponível à tesoura", escreveu Salto em suas redes sociais.

Ele afirma que a proposta de Orçamento prevê, por exemplo, R\$ 7,1 bilhões para o reajuste dos militares, de acordo com lei aprovada em 2019, uma exceção à lei de 2020 que impediu reajustes a todas as outras carreiras. O economista questiona o motivo desse tratamento diferenciado e reconhece que a medida teria também um custo político.

"O reajuste dos militares é lei, mas essa lei se sobrepõe aos princípios da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal] e ao próprio teto constitucional? Se sim, quero lembrar que o auxílio está sendo viabilizado (ao menos, pelo que o próprio ministro Paulo Guedes disse na semana pré-Carnaval) por PEC [Proposta de Emenda à Constituição]. Nesse caso, se dá pra aprovar PEC, assim, instantaneamente, não dá pra resolver o item acima?" O economista também cita o orçamento de subsídios sujeitos ao teto de gastos, que está em R\$ 14 bilhões e poderia ser reduzido em R\$ 4 bilhões, segundo ele. "Seria preciso revisar programas que estão sob esse guarda-chuva, claro, com custo político." "O corte dos subsídios envolve uma série de programas de juro subsidiado, outro vespeiro. Mas, veja, se não há

disposição para isso, que dizer de um compromisso de médio prazo com a consolidação fiscal, muito mais complexo? Não vejo como um baita aumento da carga tributária." Medida semelhante adotada pelo governo de São Paulo foi criticada pelo presidente da República, que chamou o programa de ajuste paulista de aumento de **impostos**.

Outro item citado são os gastos tributários, estimados em mais de R\$ 300 bilhões. Seria possível obter pelo menos R\$ 20 bilhões com cortes na maior parte dos programas. Isso não ajuda no teto de gastos, mas contribui para a redução do déficit, afirma o economista.

Por fim, há ainda na proposta de Orçamento previsão de R\$ 2,4 bilhões em despesas com a reposição de 50,9 mil servidores aposentados, que poderia ser adiada.

"Essa pequena lista de medidas resultaria em economia de R\$ 33,5 bilhões, sendo R\$ 13,5 bilhões na despesa e o restante na receita (via menor gasto tributário). Não é muito distante do custo do auxílio ventilado pelo governo na imprensa", afirma Salto.

"Mesmo que o custo do auxílio precisasse ser maior, a adoção das medidas acima amenizaria os efeitos sobre o déficit e a dívida. Não acho que deva ser condição indispensável, porque o auxílio se tomou impositivo, mas por que não compensar, se possível? A verdade é que parece não haver disposição para cortar." Salto afirmou à Folha que as sugestões publicadas na internet não são uma proposta da IFI, mas reflexões pessoais sobre o tema.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

41

## Autonomia e independência do BC (2)

**Reinaldo Le Grazie e Pedro Eroles**

O Projeto de Lei Complementar n-19, de 2019, que tem sido citado como o "Projeto de Autonomia do Banco Central", prevê alterações importantes no sentido de garantir a autonomia operacional do Banco Central mediante, entre outras mudanças, a estipulação de mandatos fixos e de hipóteses mais restritas de exoneração para o seu presidente e os seus diretores. Contudo, cabem algumas reflexões sobre qual o grau de autonomia que tais mudanças trarão ao Banco Central, bem como se elas de fato trarão a sua independência com relação a influências do governo.

A depender do seu relacionamento com o governo, um Banco Central pode ser dependente (relação em que há a subordinação do Banco Central às ordens do governo), autônomo (relação na qual há a liberdade operacional, mas não decisória, do Banco Central, uma vez que algumas diretrizes e metas são estabelecidas pelo governo) ou independente (relação na qual há uma ausência de interferência política no BC na condução de suas funções).

Portanto, conclui-se daqui que um Banco Central autônomo não é um Banco Central independente, ainda que a independência dessa instituição deva ser compreendida considerando-se que qualquer órgão do governo necessariamente tem interação com outros e se sujeita a limites **impostos** pela lei.

As formas acima de relação com o governo (que vão da sua subordinação até a sua total independência) são objeto de intensa discussão e controvérsia, e há argumentos a favor e contra uma maior independência do Banco Central.

Dentre os argumentos a favor de uma maior independência, há os de ordem econômica, pelos quais se argumenta que a independência do BC é uma blindagem contra governos com apetite para expansões monetárias a fim de prover recursos para seus gastos e, conseqüentemente, uma proteção importante contra a **inflação**; e os de ordem política, os quais remontam às possíveis manipulações da política monetária para finalidades políticas de curto prazo.

Por outro lado, dentre os argumentos contra uma maior independência do Banco Central, há aqueles relativos à legitimidade de tal independência, no sentido de que um BC livre de controle político direto

não teria legitimidade democrática para sua atuação; há também os argumentos de consistência da política econômica, uma vez que a independência do BC poderia levar a uma desarmonia entre a política monetária, conduzida pelo Banco Central, e as políticas fiscal e econômica mais ampla, conduzidas pelo governo; por fim, há os argumentos relativos ao chamado "comportamento burocrático", os quais sustentam que, caso o BC seja independente, privilegiará seus interesses próprios em detrimento do interesse público, argumento esse que está na base de posições que afirmam que a independência do BC com relação ao controle do governo poderia conduzi-lo a uma menor resistência aos interesses do setor privado.

Feitas essas considerações iniciais, as mudanças apresentadas no Projeto apontam para uma maior autonomia, mas não para a independência do BC do Brasil.

Por exemplo, o Projeto prevê que o Conselho Monetário Nacional (o qual é formado por 3 membros, sendo 2 deles integrantes do governo) continuará a estabelecer as metas de **inflação**, sendo que o BC conduzirá a política monetária para cumprimento de tais metas; ou seja, a meta de **inflação**, componente fundamental da estratégia de política econômica, continuará a ser definida pelo governo.

Ainda, o Projeto prevê que o presidente e os diretores do Banco Central serão indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação de seus nomes pelo Senado. Entretanto, o cargo de presidente do BC deixa de ter o status de Ministro de Estado e terá mandato fixo de 4 anos, o qual iniciará no terceiro ano de mandato do presidente da República, ao passo que os diretores terão também mandato fixo de 4 anos, que iniciarão de forma faseada em cada um dos 4 anos de mandato do presidente da República (2 diretores a cada ano), e a exoneração do presidente e dos diretores pelo presidente da República passa a ser restrita a hipóteses bastante limitadas, como, dentre outras, no caso de sofrerem condenação por decisão final, pela prática de ato de improbidade administrativa ou quando apresentarem comprovado e recorrente desempenho insuficiente em suas funções.

Tais alterações implicarão uma mudança na prática usual de substituição, total ou parcial, do presidente e dos diretores do Banco Central com a troca de governo a cada ciclo eleitoral, mas não impedirão que

haja uma interferência do governo, seja em sua escolha, seja indiretamente pela possibilidade de formação de maioria do governo na diretoria colegiada.

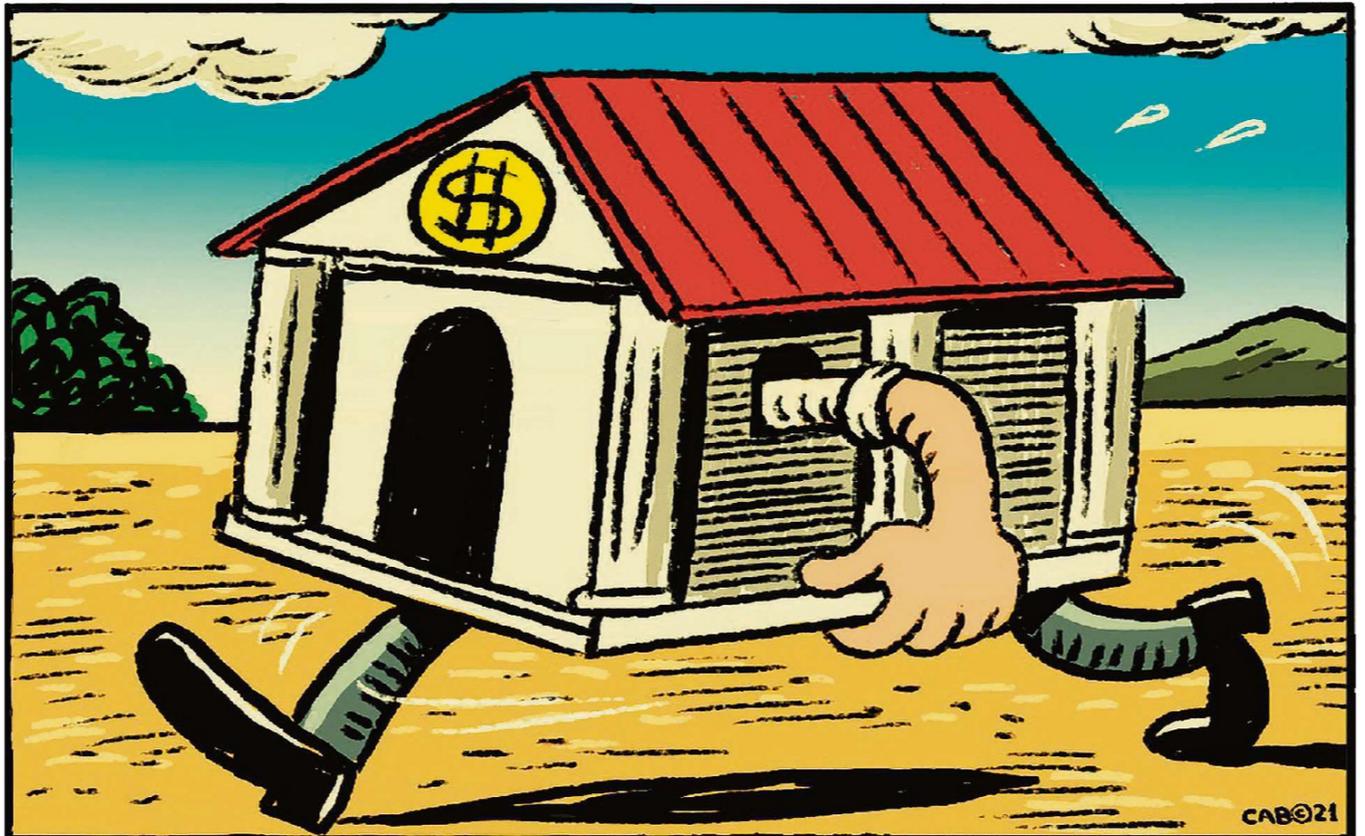
Por fim, o Projeto traz algumas das salvaguardas importantes para uma maior independência do Banco Central, como mandatos fixos e não coincidentes com mandatos de cargos do governo, não demissibilidade por mero descontentamento das autoridades políticas em exercício, vedações aplicáveis ao presidente e aos diretores durante e após o exercício de suas funções, e autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira, mantendo as diretrizes do governo em aspectos relevantes.

Tais alterações apontam para um caminho de crescente independência do BC no país, o que demonstra um amadurecimento institucional, que certamente suscitará novos debates sobre como e se o BC seguirá um caminho de cada vez maior autonomia até a sua independência no futuro.

Reinaldo Le Grazie foi diretor de Política Monetária do Banco Central e é hoje sócio da Panamby Capital.

Pedro Eroles é sócio do Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>



# O bolsonarismo custa caro - VINICIUS TORRES FREIRE

**VINICIUS TORRES FREIRE**

O bolsonarismo custa caro até para Jair Bolsonaro, embora este governo não seja lá muito capaz de fazer certos cálculos pragmáticos a respeito de sua sobrevivência.

O sururu sórdido causado por esse deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) é um exemplo menor, em termos práticos. Afora imprevistos, essa crise não deve paralisar o Congresso por mais que um par de dias. É pouco, mas o tempo já era escasso para aprovar a emenda constitucional que deve abrigar o novo auxílio emergencial e o Orçamento -é preciso fazê-lo até março. Outras bolsonarices ou suas sequelas podem causar mais tumultos políticos e parlamentares que afetariam até as perspectivas abaixo de medíocres da economia para este 2021.

Dezembro e também janeiro foram meses abaixo das expectativas já limitadas de atividade econômica. A julgar pelo valor das vendas por meio de cartões, janeiro foi parecido com dezembro, mês em que, pela estatística do IBGE, as vendas no varejo caíram 6,1% em relação a novembro de 2020. A confiança do consumidor e das empresas continuou baixando no início do ano. É um efeito óbvio de piora da epidemia e do fim do auxílio emergencial e do benefício de complementação de salários reduzidos pelas empresas.

Em junho, pico desses benefícios, os pagamentos foram de R\$ 51,8 bilhões (uma vez e meia a despesa anual do Bolsa Família). Em setembro, baixaram a R\$ 27,5 bilhões. Em dezembro, para R\$ 19,5 bilhões. Em janeiro, para quase nada, restos. Sem demanda a economia volta a murchar. A segunda perna do "V" da recuperação de Paulo Guedes vira uma língua caída para fora.

A fim de criar um novo auxílio emergencial em seus termos, o governo tem de convencer o Congresso a aprovar uma emenda constitucional de "Orçamento de calamidade" associada a corte de gastos, dado de barato pelo comentarismo político e econômico. Como se diz faz meses nestas colunas, isso dá rolo.

Exemplo. Com muito aperto e ajuda de leis, a despesa com a folha de servidores federais caiu de R\$ 333,8 bilhões em 2019 para R\$ 331,8 bilhões em 2020

(valores ajustados pela **inflação**). "Ajuste" de R\$ 2 bilhões. Pelas novas contas do governo, o novo auxílio deve custar R\$ 42 bilhões em 2021 (quatro parcelas de R\$ 250 para 42 milhões de pessoas) -no Congresso, a conta tende a ficar maior.

É fácil perceber que não bastará arrumar conflito apenas com o funcionalismo. De onde vão sair outras "compensações"?

Se o rolo for grande, a emenda do novo auxílio pode demorar ou até passar sem as "compensações", com o que haverá algum custo financeiro (dólar e/ou juros mais salgados).

Quanto mais rolo político, mais difícil aprovar qualquer coisa além do básico do básico (auxílio e Orçamento).

No entanto, como se não bastasse a baderna da sua milícia de brucutus, Bolsonaro decreta coisas como o dilúvio de armas e munições, por exemplo. Em si mesmo uma selvageria, o decreto pode causar mais confusão no Congresso.

Mesmo que a economia não tenha por ora perspectiva decente no médio prazo, Bolsonaro poderia manter o vento a seu favor se lidasse de modo menos idiota com os problemas de agora (vacina, Orçamento, a ideia de que não haverá explosão fiscal no curto prazo). Por ora, está quieto e assim frustra suas milícias por não dar apoio ao deputado brucutu, o "Daniel de Quê?", segundo Luiz Fux, do Supremo. Mas o bolsonarismo está sempre à beira de dar um tiro no pé, no mesmo com que pisa no pescoço dos brasileiros.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

41

## Sem vacina e sem economia (3)

Sobram máquinas e equipamentos parados, enquanto a economia rasteja, e há mão de obra ociosa em todo o País, por causa do desemprego, mas falta vacina para conter a covid-19 e abrir espaço a uma recuperação mais ampla. Vacina é hoje um insumo essencial para uma firme retomada econômica na maior parte do mundo, como têm dito e repetido dirigentes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e de outras instituições multilaterais. Vacinação foi um dos primeiros assuntos mencionados pela economista Ngozi Okonjo-Iweala logo depois de anunciada, na segunda-feira, sua escolha para dirigir a Organização Mundial do Comércio (OMC). O presidente Jair Bolsonaro mostra-se incapaz, até hoje, de entender essa verdade simples.

"O aumento do número de casos de covid-19 representa um risco do processo de recuperação econômica", segundo o Boletim Macro, edição de janeiro, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa incerteza, somada a outros fatores, como a suspensão do auxílio emergencial, levou a uma redução das expectativas em relação ao ritmo da atividade neste início do ano.

Economia fraca no primeiro semestre e crescimento a partir do segundo compõem o cenário apresentado no boletim.

Risco de recessão, com recuo do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro e no segundo trimestres, é apontado por vários analistas mencionados nesta segunda-feira em reportagem do Estado.

Outras equipes, pouco mais otimistas, projetam retração no período de janeiro a março e baixo crescimento nos três meses seguintes.

A melhora do quadro, em todos os casos, é associada a um possível ganho de impulso da vacinação, depois de um começo muito lento e muito mal preparado pelas autoridades federais. Sinais de escassez de vacinas em vários municípios, incluídas grandes capitais, comprovam a escandalosa inépcia do ministro da Saúde, estrito cumpridor de ordens do presidente da República.

O ano terminou com um Natal fraco, queda de 6,1% nas vendas do varejo, setor de serviços ainda estagnado e a indústria avançando mais devagar que nos meses anteriores. Nada sugere maior atividade no início de ano nem melhora significativa no mercado de emprego (14 milhões de desocupados, 14,1% da força

de trabalho, no período setembro- novembro, segundo os últimos dados). A disposição de empresários e consumidores, no começo de ano, reflete esse desempenho medíocre, ou abaixo disso, da economia brasileira.

Em janeiro, o Índice de Confiança do Consumidor medido pela FGV caiu pela quarta vez seguida e atingiu o menor nível desde junho, quando se recuperava da queda recente. O Índice de Confiança do Empresário caiu, igualmente, em relação ao nível de dezembro.

Também a Confederação Nacional da Indústria detectou menor disposição do empresariado.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial caiu 1,4 ponto entre janeiro e fevereiro, na segunda queda consecutiva, e chegou a 59,5 pontos. Manteve-se na área positiva, acima de 50 pontos, mas a piora de humor desde o início do ano se agravou.

Medíocre talvez seja uma palavra suave para qualificar o desempenho econômico previsto, nas instituições financeiras e nas principais consultorias, para 2021. A mediana das últimas projeções ficou em 3,43%. Para isso, no entanto, bastará a economia manter a atividade alcançada no trimestre final de 2020, 3,14% superior à do período de julho a setembro, segundo o índice estimado pelo Banco Central.

Sem o auxílio emergencial, mais de 17 milhões de pessoas caem de novo no estado de pobreza, ampliando para cerca de 62 milhões o contingente de indivíduos com renda diária inferior a US\$ 5,50. Passada a Quarta-feira de Cinzas, o governo ainda espera do Congresso medidas para restabelecer, em condições mais limitadas, o socorro financeiro abandonado, por falta de previsão e de planejamento, na virada do ano. Quanto às demais condições necessárias à sustentação da economia, continuam obscuras. Quando se trata de previsão e de planejamento, estão empatados, ou quase, os Ministérios da Economia e da Saúde.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mesmo antes de aprovação, governo já prevê corte de R\$ 10 bi no Orçamento

**Adriana Fernandes Idiana Tomazelli/ BRASÍLIA**

O projeto de Orçamento para este ano não foi ainda nem votado pelo Congresso, mas a área econômica do governo já trabalha com a possibilidade de contingenciar pelo menos R\$ 10 bilhões em despesas.

A necessidade de bloqueio poderá ser ainda maior e chegar a R\$ 20 bilhões, a depender do espaço orçamentário que os parlamentares encontrarem para cortar despesas durante a votação do projeto, prevista para acontecer entre o fim de março e início de abril.

Até agora, as negociações da nova rodada de auxílio ocorrem fora da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que só foi instalada na semana passada. Esse corte chega antes mesmo de qualquer discussão sobre o fortalecimento de programas sociais e é indicativo da dificuldade do governo para pagar uma nova rodada de auxílio emergencial dentro do Orçamento.

O contingenciamento se dá no grupo de despesas discricionárias (não obrigatórias), que incluem investimentos e o custeio da máquina administrativa.

Para 2021, os últimos dados da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apontam um valor de R\$ 83,9 bilhões para esses gastos, sem considerar as emendas parlamentares indicadas pelos congressistas e que também podem contemplar investimentos.

Contabilizando as emendas, os gastos discricionários chegam a R\$ 100 bilhões, patamar já considerado muito baixo para o bom funcionamento e gestão da máquina pública.

Segundo apurou o Estadão, a revisão para baixo das previsões de gastos com benefícios previdenciários deve ajudar a compensar, em parte, o aumento das despesas obrigatórias decorrente do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que está mais alto que o esperado no ano passado. O índice corrige o valor do salário mínimo e a maior parte das despesas obrigatórias do governo.

Esse alívio, porém, não será suficiente.

Sem Orçamento votado, o primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, que tem de ser

enviado ao Congresso no dia 22 de março, fica comprometido. É nesse documento que o governo aponta a necessidade de bloqueio para o cumprimento da meta fiscal, que autoriza um rombo de até R\$ 247,1 bilhões, e do teto de gastos, a regra que impede o crescimento das despesas acima da **inflação**. O mais provável é que a lei orçamentária não esteja aprovada até lá. Como a edição seguinte só será divulgada em 22 de maio, o governo deve fazer um relatório extemporâneo para efetivar o corte.

Um dos problemas em 2021 é que o Orçamento já foi enviado com as despesas no limite do teto de gastos, ou seja, sem margem para administrar. Outro agravante é o volume elevadíssimo dos chamados restos a pagar (gastos transferidos de um ano para outro). Essas despesas já foram empenhadas, e o dinheiro usado para pagá-las em 2021 acaba consumindo limite financeiro que seria destinado às despesas novas deste ano.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado vê alta do IPCA pela 6ª vez consecutiva

**Fabrizio de Castro /BRASÍLIA**

Os economistas do mercado financeiro aumentaram, pela sexta semana seguida, a previsão para o IPCA - o índice oficial de preços - em 2021. O Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, mostra que a projeção para o IPCA deste ano passou de alta de 3,60% para 3,62%. A estimativa para o índice em 2022 continuou em 3,49%.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2023, que seguiu em 3,25%. No caso de 2024, a expectativa permaneceu em 3,25%.

A projeção dos economistas para a **inflação** está abaixo do centro da meta de 2021, de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%). A meta de 2022 é de 3,50% e a de 2023, 3,25%, com a mesma margem de 1,5 ponto de tolerância.

Em 2020, pressionado pelos preços dos alimentos, o IPCA ficou em 4,52%, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas dentro do intervalo de tolerância. Foi a maior **inflação** anual desde 2016.

Atividade econômica. Os analistas reduziram a estimativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano, de alta de 3,47% para elevação de 3,43%. Para 2022, o mercado financeiro manteve a previsão de expansão de 2,50% na atividade econômica.

Os economistas seguem prevendo alta na Selic em 2021. Em janeiro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central fez sua primeira reunião do ano e manteve a taxa básica de juros em 2% ao ano.

A expectativa do mercado para a taxa no fim deste ano ficou passando de 3,50% ao ano para 3,75%. Para o fechamento de 2022, a projeção foi mantida em 5% ao ano.

Na reunião de janeiro, o Copom preparou o terreno para uma possível elevação dos juros em 2021. Isso porque a instituição deu fim ao chamado forward guidance (ou prescrição futura, na tradução do inglês).

Adotado em agosto de 2020, o forward guidance era uma indicação técnica do Banco Central de que não pretendia elevar os juros se a **inflação** seguisse sob

controle e o risco fiscal não se alterasse. O problema é que, nos últimos meses, a **inflação** para o consumidor está mais salgada, puxada por aumentos de preços em itens como alimentos e energia.

O centro da meta

3,75% É o centro da meta para **inflação** deste ano com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (de 2,25% a 5,25%)

Dólar sobe com auxílio e prisão de parlamentar

I A volta do carnaval para o mercado financeiro foi predominantemente de aversão ao risco, tanto por fatores locais quanto externos, o que resultou em dólar e juros em alta. Os investidores seguem de olho na questão fiscal, diante das incertezas sobre a duração do novo auxílio emergencial.

Para piorar, a prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) acabou turvando ainda mais o cenário. O dólar chegou a bater em R\$ 5,43, até fechar com valorização de 0,76%, a R\$ 5,4152. O Ibovespa subiu 0,78%, aos 120.355, 79 pontos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>